**ANEXO 4 DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO**

Logomarca da **INSTITUIÇÃO** /Papel timbrado da **INSTITUIÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrito no CPF/MF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na condição de representante legal da Instituição \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_:

1. Declaro que os dirigentes ou controladores desta Instituição, não são servidores públicos efetivos, empregados públicos ou ocupantes de cargo em comissão de órgão ou entidade da administração pública municipal, nem seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o segundo grau. Nenhum servidor (a) ou seu cônjuge, companheiro e parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau atuando como diretor, proprietário, controlador ou integrante de conselho de empresa fornecedora que realiza qualquer modalidade de contrato com o município.
2. Declaro que não contratarei, para execução do projeto no imóvel público, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentária.
3. Declaro ciência e aceite que durante a vigência da permissão de uso a Instituição deverá manter atualizadas as seguintes certidões:
4. Certidão Negativa de Tributos Municipais
5. Certidão Negativa de Tributos Estaduais
6. Certidão Negativa de Tributos Federais (Contemplando débitos previdenciários e de terceiros)
7. Certidão Liberatória de Transferências Voluntárias Municipal
8. Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
9. Certificado de Regularidade do FGTS;
10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
11. Declaro que tanto a Instituição, quanto seus dirigentes:
12. Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
13. Não foi omissa no dever de prestar contas de ajustes celebrados com a administração pública municipal;
14. Não tem entre seus dirigentes pessoa considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
15. Declaro estar ciente, que a não veracidade desta declaração configura crime contra a administração pública ou contra o patrimônio público, previsto no artigo 299, do Código Penal Brasileiro.

Curitiba, \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome legível e Assinatura do Presidente da Instituição